

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43

GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Companhia atua nos seguimentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

No exercício de 2014 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.678,2 milhões e lucro líquido de R\$ 1.281,8 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 21,5% e de 50,4% sobre os resultados do ano anterior.

No exercício, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no total de R\$ 979,7 milhões, em Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias, realizadas em 20 de janeiro, 31 de março, 29 de agosto e 29 de dezembro de 2014.

Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor

de R\$ 1.603,0 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014		2013		Passivo	Nota	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante		5.449.608	4.119.618			Circulante		5.518.680	4.391.761		
Disponível		64.616	195.842			Contas a pagar		500.089	267.543		
Caixa e bancos	5	64.616	195.842			Obrigações a pagar	13	68.370	62.503		
Equivalentes de caixa	5	68.163	65.155			Impostos e encargos sociais a recolher		13.487	8.718		
Aplicações	6	2.248.700	1.483.560			Encargos trabalhistas		7.314	8.296		
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.603.347	1.304.891			Impostos e contribuições	14	410.918	188.026		
Prêmios a receber	8	1.188.537	1.041.283			Débitos de operações com seguros e resseguros		1.543.694	1.247.808		
Operações com seguradoras		6.741	6.560			Prêmios a restituir		21.606	3.448		
Operações com resseguradoras	9	408.069	257.048			Operações com seguradoras		2.516	1.838		
Outros créditos operacionais	28a	132.967	19.472			Operações com resseguradoras	9b	719.374	606.277		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	328.312	324.605			Corretores de seguros e resseguros	15	706.872	550.766		
Títulos e créditos a receber		413.767	274.002			Outros débitos operacionais	16	93.326	85.479		
Títulos e créditos a receber	10a	378.129	258.172			Depósitos de terceiros	17	178.046	143.195		
Créditos tributários e previdenciários	25b	388	411			Provisões técnicas - seguros	18	3.296.851	2.733.215		
Outros créditos	10b	35.250	15.419			Danos		1.217.826	1.045.111		
Outros valores e bens		7	9			Pessoas		2.079.025	1.688.104		
Bens a venda		7	9			Passivo não circulante		3.645.493	2.710.348		
Despesas antecipadas		9.704	4.843			Provisões técnicas - seguros	18	3.060.168	2.161.218		
Custos de aquisição diferidos	18	580.025	447.239			Danos		112.875	88.351		
Seguros		580.025	447.239			Pessoas		2.947.293	2.072.867		
Ativo não circulante		5.264.417	4.234.550			Outros débitos		585.325	549.130		
Realizável a longo prazo		5.197.108	4.188.774			Provisões judiciais	22	585.325	549.130		
Aplicações	6	2.269.810	1.976.334			Patrimônio líquido	23	1.549.852	1.252.059		
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.146.670	743.682			Capital social		380.482	380.482		
Prêmios a receber	8	1.146.670	743.682			Reservas de capital		146.645	146.645		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	21.838	16.524			Reservas de lucros		1.034.363	732.303		
Títulos e créditos a receber		975.543	929.612			Ajustes com títulos e valores mobiliários		(11.638)	(7.371)		
Créditos tributários e previdenciários	25b	275.575	274.134			Total do ativo		10.714.025	8.354.168		
Depósitos judiciais e fiscais	22	699.968	655.478			Total do passivo		10.714.025	8.354.168		
Custos de aquisição diferidos	18	783.247	522.622								
Seguros		783.247	522.622								
Investimento		6.286	5.930								
Participações societárias		6.281	5.925								
Outros investimentos		5	5								
Imobilizado	11	12.685	9.405								
Imóveis de uso próprio		1.292	1.460								
Bens móveis		11.277	7.929								
Outras imobilizações		116	16								
Intangível	12	48.338	30.441								
Outros intangíveis		48.338	30.441								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros								Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de investimentos	Reserva com títulos e valores mobiliários	Ajustes de valores acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	380.482	(8.751)	146.645	76.096	372.510	-	7.583	-	974.565	
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	(259.510)	259.510	-	-	-	
Cancelamento de 4.619 ações preferenciais - AGOE de 28 de março de 2013	-	8.751	-	-	-	(8.751)	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(14.954)	-	(14.954)	
Dividendos pagos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	(113.000)	-	-	-	(113.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	852.148	852.148	
Distribuição do resultado:										
Dividendos pagos - AGOE de 26 de junho de 2013	-	-	-	-	-	(71.300)	-	-	(71.300)	
Dividendos pagos - AGE de 28 de novembro de 2013	-	-	-	-	-	(179.458)	-	(165.942)	(345.400)	
Dividendos pagos - AGE de 20 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)	
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	656.206	-	(656.206)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	380.482	-	146.645	76.096	-	656.207	(7.371)	-	1.252.059	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(4.267)	-	(4.267)	
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	-	(78.400)	-	-	(78.400)	
Dividendos pagos - AGOE de 31 de março de 2014	-	-	-	-	-	(275.000)	-	-	(275.000)	
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	(302.806)	-	-	(302.806)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.281.760	1.281.760	
Proposta para distribuição do resultado:										
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(86.194)	(86.194)	
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(237.300)	(237.300)	
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	958.266	-	(958.266)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	380.482	-	146.645	76.096	-	958.267	(11.638)	-	1.549.852	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação

em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH1 é acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGGL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGGL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013			
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos	24b	6.678.150	5.496.029
(-) Variações de provisões técnicas		(1.156.537)	(1.586.229)
(=) Prêmios ganhos	24a	5.521.613	3.909.800
(+) Receita com emissão de apólice		8.589	5.909
(-) Sinistros ocorridos	24c	(1.707.214)	(1.046.158)
(-) Custos de aquisição	24d	(1.343.716)	(1.005.788)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(306.342)	(172.391)
24f	(174.789)	(318.840)	
(+/-) Resultado com resseguro		407.801	67.713
(+) Receita com resseguro		(582.590)	(386.553)
(-) Despesa com resseguro	24g	(252.327)	(213.901)
(-) Despesas administrativas	24h	(169.039)	(127.110)
(-) Despesas com tributos	24i	363.344	194.183
(+) Resultado financeiro		484.723	294.325
(+) Receita financeira		(121.379)	(100.142)
(-) Despesa financeira		469	302
(-) Resultado patrimonial		1.940.588	1.226.006
(=) Resultado operacional		1.940.544	1.226.004
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(44)	(2)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.940.544	1.226.004
(-) Imposto de renda	25a	(352.899)	(202.723)
(-) Contribuição social	25a	(295.684)	(165.167)
(-) Participações sobre o resultado		(10.201)	(5.966)
(=) Lucro líquido do exercício		1.281.760	852.148
(/) Quantidade de ações		640.619	640.619
(=) Lucro líquido por ação		2.000,81	1.330,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013			
(Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148	
Outros resultados abrangentes	(4.267)	(14.954)	
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(7.112)	(24.923)	
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	2.845	9.969	
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.277.493	837.194	
Atribuível aos acionistas:			
Controladores	1.277.493	837.194	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

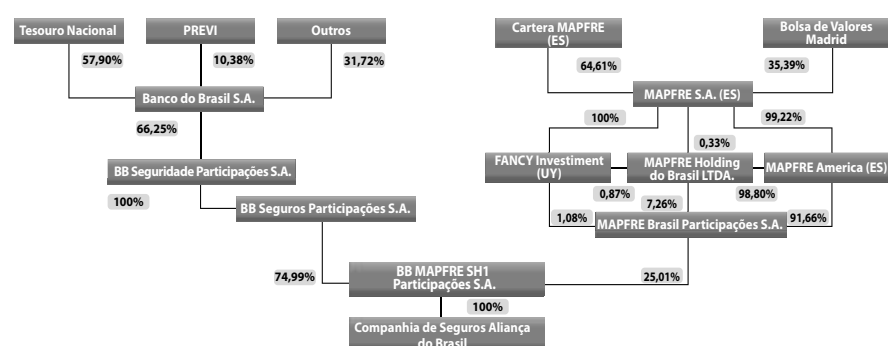
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013			
(Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148	
Ajustes para:	(120.659)	(131.892)	
Depreciação e amortizações	5.664	5.420	
Variação dos custos de aquisição diferidos	(393.411)	(403.594)	
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	73.749	12.2	

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 6 - Aplicações; • Notas 18, 3k e 3m - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; • Nota 8 - Provisão de crédito de liquidação duvidosa; • Nota 21 - Provisão de sinistro a liquidar judicial; • Nota 22 - Provisões judiciais; e • Nota 25b - Ativos e passivos diferidos. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o Comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2018. A Companhia também está avaliando os efeitos que o IFRS 15 (receita de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. **b) Aplicações:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*, *ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento* e *iii. ativos financeiros disponíveis para venda*. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e café, por exemplo, associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOvespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos, líquidos de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. Para as operações com resseguradores o estudo leva em consideração o total dos créditos com data de origem superior há 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o *rating* do ressegurador. As operações com IRB Brasil Resseguros S.A. e MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros não são consideradas no estudo, visto que a Companhia não tem histórico de risco de perda com esses resseguradores. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 12. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao seguro na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetar a de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade

"não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). Em decorrência, a PCC foi constituída para o produto Ouro Vida Revisado - OVR, que é uma apólice de Vida em Grupo, comercializada de 1998 a 2001, com renovação anual automática e sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados e com cobertura de invalidez permanente por doença (IPD). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros que, anteriormente, eram abrangidos pela PSL e IBNR. A PDR abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros. **l) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, IBNR e IBNER. Considerou-se na projeção a melhor estimativa de sinistralidade da série histórica nos diversos períodos compreendidos entre o último e os últimos 36 meses de análise, resultando no percentual de 31,2% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo relativo aos sinistros a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado com a soma da PPNG e PPNG-RVNE. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 457/12. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base, exceto o produto OVR. Para o produto OVR foi efetuado de forma segregada e considerou-se a parcela do prêmio a ser ganha relativa aos contratos vigentes na data-base do cálculo até a data provável e estimada de saída de cada segurado. A saída de cada segurado foi estimada tomando-se por base a experiência histórica das saídas por cancelamento e por sinistro. Para a projeção dos sinistros foram consideradas premissas de mortalidade e morbidade baseadas na tábua de mortalidade BR-EMS Masculina. O cálculo realizado para o produto OVR apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão de Complementar de Cobertura (PCC). **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **s) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas do Banco do Brasil e MAPFRE, a gestão busca à adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação

* continuação

★ continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk" (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com os seguintes comitês:

• **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

• **Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

• **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

• **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (*)					
	2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	Demais %	Rural %	Vida %	Total %	Demais %	Rural %	Vida %	Total %	Demais %	Rural %	Vida %	Total %
Centro-Oeste	31.652 0%	426.718 7%	684.508 11%	1.142.878 18%	27.144 0%	278.849 5%	683.776 11%	989.769 16%	23.899 0%	255.798 4%	625.485 10%	915.182 15%
Nordeste	23.720 0%	133.451 2%	781.964 12%	939.135 14%	20.411 0%	97.552 2%	781.877 13%	899.840 15%	19.595 0%	101.405 2%	781.487 13%	902.482 15%
Norte	6.960 0%	57.407 1%	239.784 4%	304.151 5%	6.021 0%	49.787 1%	239.755 4%	295.563 5%	5.505 0%	44.806 1%	239.697 4%	291.008 5%
Sudeste	77.914 1%	439.264 7%	2.082.704 32%	2.599.882 40%	59.455 1%	349.876 6%	2.074.622 35%	2.483.953 42%	13.000 0%	91.736 2%	2.061.886 35%	2.576.619 42%
Sul	32.809 1%	679.270 10%	787.586 12%	1.499.665 23%	28.236 1%	478.879 8%	787.458 13%	1.294.573 22%	20.236 0%	350.643 6%	767.714 13%	1.077.819 18%
	173.055 2%	1.736.110 27%	4.576.546 71%	6.485.711 100%	141.267 2%	1.254.943 22%	4.567.488 76%	5.963.698 100%				

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT respectivamente no montante de R\$ 42.537 e R\$ 149.902 (R\$ 99.115 e R\$ 96.058 em 2013).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** *i.* Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 15,28% nos fatores de crescimento acumulados de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. *ii.* Provisão Complementar de Cobertura PCC (a.2): para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

Tábua de mortalidade	Aumento de 5%
Taxa de desconto	Redução de 1%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Total	Sensibilidade	Impacto no resultado / PL (Bruto de impostos) 2014	Impacto no resultado / PL (Bruto de impostos) 2013
		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(171.882)	(156.260)
a. Provisões Técnicas				
a1. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(31.090)	(15.259)
	Aumento	Agravo de 5% na tábua de mortalidade	(29.955)	(31.885)
a2. PCC	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(110.837)	(109.116)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(64.972)	(48.923)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos Massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha. Prêmio cedido aos resseguros:

Rating	2014				2013			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
AA	-	-	-	-	-	-	6.922	6.922
AA -	-	-	-	-	-	404	201	605
A +	-	-	-	-	-	76.836	-	76.836
A	-	239.604	-	239.604	226.213	-	-	226.213
A-	282.409	-	-	282.409	135.687	58.902	-	194.589
Total	282.409	239.604	-	522.013	361.900	136.142	7.123	505.165

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções, no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2014:

Ativos financeiros - rating (***)	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB-	BB+	s/rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	3.920.944	-	-	-	-	-	-	-	-	3.920.944
Certificados de depósito bancário (CDB)	24.827	-	-	-	-	-	-	-	-	24.827
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE) (**)	14.031	-	-	13.962	-	-	-	13.977	-	41.970
Debêntures	47.273	57.405	72.759	3.261	10.461	5.201	5.281	-	-	201.641
Letras financeiras	93.484	-	107.766	-	46.412	-	-	-	-	247.662
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	48.887	-	-	-	-	-	-	-	-	48.887
Notas promissórias	-	32.509	-	-	-	-	-	-	-	32.509
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Total	4.149.446	89.914	180.525	17.223	56.873	5.201	5.281	13.977	70	4.518.510

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 129.229 com lastro em títulos públicos. (***) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). (***) A agência FIT Ratings foi utilizada como referência para a conversão da nota do grau de investimento. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no

processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	2014			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	64.616	-	-	64.616
Equivalentes de caixa	68.163	-	-	68.163
Aplicações (*) (****)	1.592.233	1.875.523	887.432	4.355.188
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.603.347	1.146.670	-	2.750.017
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	158.164	165.540	26.446	350.150
Outros créditos operacionais	132.967	-	-	132.967
Títulos e créditos a receber (**)	413.379	-	-	413.379
Outros valores e bens	7	-	-	7
Despesas antecipadas	9.704	-	-	9.704
Custos de aquisição diferidos	580.025	783.247	-	1.363.272
Outros ativos	-	70	-	70
Total ativo	4.622.605	3.971.050	913.878	9.507.533
Provisões técnicas (*) (****)	2.298.448	3.172.047	805.054	6.275.549
Contas a pagar	500.089	-	-	500.089
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.543.694	-	-	1.543.694
Depósitos de terceiros	178.046	-	-	178.046
Total passivo	4.520.277	3.172.047	805.054	8.497.378

	Acima de 5 anos			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	195.842	-	-	195.842
Equivalentes de caixa	65.155	-	-	65.155
Aplicações (*) / (****)	681.011	1.875.622	801.305	3.357.938
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.304.891	743.682	-	2.048.573
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	137.433	168.525	35.171	341.129
Outros créditos operacionais	19.472	-	-	19.472
Títulos e créditos a receber (**)	273.591	-	-	273.591
Outros valores e bens	9	-	-	9
Despesas antecipadas	4.843	-	-	4.843
Custos de aquisição diferidos	447.239	522.622	-	969.861
Outros ativos	-	70	-	70
Total ativo	3.129.486	3.310.521	836.476	7.276.483
Provisões técnicas (*) (****)	1.869.065	2.157.878	765.646	4.792.589
Contas a pagar	267.543	-	-	267.543
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.247.808	-	-	1.247.808
Depósitos de terceiros	143.195	-	-	143.195
Total passivo	3.527.611	2.157.878	765.646	6.451.135

(*) Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 163.252 em 2014 (R\$ 101.886 em 2013) e R\$ 81.470 em 2014 (R\$ 101.844 em 2013), não foram classificados no quadro acima por não estarem sob gestão da Administração. (**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais respectivamente, no valor de R\$ 699.968 (R\$ 655.478 em 2013), e R\$ 585.325 (R\$ 549.130 em 2013) não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 275.963 (R\$ 274.545 em 2013) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada do padrão de pagamento. (****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Administração, Finanças e Marketing a BB-DTVM acompanham o resultado do *VaR* e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do *VaR* é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 10.398 (R\$ 5.468 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, as posições que mais contribuíram, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

continua

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)**

Sensibilidade à taxa de juros: Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 4.518.510 (R\$ 3.459.894 em 2013) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 1.602.951 (R\$ 1.691.701 em 2013) foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 163.252 (R\$ 101.887 em 2013) relativos à posição de DPVAT e R\$ 70 (R\$ 70 em 2013) de outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 2.752.237 (R\$ 1.666.236 em 2013).

	2014	2013
	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)
Fator de risco		
Taxa de juros		
elevação de taxas	(23.433)	(17.412)
redução de taxas	26.947	17.944

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. b) 100 *basis points* nas estruturas de cupons vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13 (revogada pela Resolução CNSP nº 316/2014 que possui vigência a partir de janeiro de 2015), as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco. Liquidez em relação ao CR é a situação em que a Companhia apresente montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco (CR). Até que o CNSP regule o capital pertinente a risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2014
Patrimônio líquido	1.549.852
Participações societárias	(6.281)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.556)
Ativos intangíveis	(48.338)
Obras de arte	(5)
Patrimônio líquido ajustado (a)	1.493.672
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	1.245.907
Capital risco de subscrição	1.092.882
Capital risco de crédito	224.905
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	(96.817)
Capital de risco operacional	24.937
Capital mínimo requerido (b)	1.245.907
Suficiência de capital (c = a - b)	247.765
Suficiência de capital (c/b)	19,89%

Abaixo está sendo apresentado o cálculo do índice de liquidez da Companhia:

Capital mínimo requerido (a)	1.245.907
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP 302/13 - 20% sobre CMR	249.181
Ativos livres - Nota explicativa 20 - (b)	881.360
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (b/a)	70,74%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Banco	64.616	195.842
Equivalentes de caixa (*)	68.163	65.155
Total de caixa e equivalentes de caixa	132.779	260.997

(*) Equivalentes de caixa é composto por fundos de investimentos não exclusivos de curto prazo, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados como garantia das provisões técnicas.

6. APLICAÇÕES**a) Resumo da classificação das aplicações financeiras**

	2014	2013	2014	2013
Valor justo por meio do resultado	1.748.377	39%	1.129.213	33%
Fundos de investimentos	1.699.490	97%	1.062.241	94%
Operações compromissadas	129.229	8%	149.297	13%
Letras do tesouro nacional (LTN)	503.440	30%	445.454	42%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	18.365	1%	168.244	16%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	135.339	8%	134.614	13%
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	0%	63.127	6%
Quotas de fundo DPVAT	163.252	9%	101.887	10%
Quotas de fundos não exclusivos	750.277	44%	-	0%
Caixa/ajuste DI	(412)	0%	(382)	0%
Carteira administrada	48.887	3%	66.972	6%
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	48.887	100%	66.972	100%
Opções café	-	0%	3	0%
Opções soja	-	0%	67	0%
Opções milho	-	0%	7	0%
Opções dólar	-	0%	3	0%
Disponíveis para venda	1.167.112	26%	638.910	18%
Carteira administrada	1.167.112	100%	638.910	100%
Letras financeiras	247.662	21%	154.691	24%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	610.660	52%	192.642	30%
Letras do tesouro nacional (LTN)	7.843	1%	-	0%
Debêntures	201.641	17%	197.377	31%
Certificados de depósito bancário (CDB)	24.827	2%	22.296	3%
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	41.970	4%	71.904	11%
Notas promissórias	32.509	3%	-	0%
Mantidos até o vencimento	1.602.951	35%	1.691.701	49%
Fundos de investimentos	1.541.303	96%	1.596.860	94%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1.027.267	67%	906.819	57%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	398.762	26%	556.943	35%
Letras do tesouro nacional (LTN)	115.274	7%	133.098	8%
Carteira administrada	61.648	4%	94.841	6%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	61.648	100%	94.841	100%
Outras aplicações	70	0%	70	0%
Total da carteira	4.518.510	100%	3.459.894	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras

	2013	Aplica- ções	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendi- mentos	31.12.2014
Valor justo por meio do resultado	1.129.213	3.993.892	(3.557.132)	(9)	182.413	1.748.377
Fundo de investimento exclusivo	960.354	3.162.397	(3.492.262)	(9)	155.481	785.961
Quotas de fundo DPVAT	101.887	83.234	(40.012)	-	18.143	163.252
Fundo de investimento em direitos creditórios	66.892	-	(24.823)	-	6.818	48.887
Quotas de fundos não exclusivos	-	748.261	-	-	2.016	750.277
Opções de café	3	-	-	-	(3)	-
Opções de dólar	3	-	-	-	(3)	-
Opções de milho	7	-	(7)	-	-	-
Opções de soja	67	-	(28)	-	(39)	-
Disponível para venda	638.910	579.366	(133.869)	(7.112)	89.817	1.167.112
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	71.904	-	(35.172)	9	5.229	41.970
Certificados de depósito bancário (CDB)	22.296	-	-	(30)	2.561	24.827
Debêntures	197.377	40.000	(56.923)	(2.417)	23.604	201.641
Letras financeiras	154.691	72.590	(4.026)	(705)	25.112	247.662
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	192.642	429.051	(37.748)	(3.843)	30.558	610.660
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	7.725	-	(126)	244	7.843
Notas promissórias	-	30.000	-	-	2.509	32.509
Mantidos até o vencimento	1.691.701	-	(262.254)	-	173.504	1.602.951
Fundo de investimento exclusivo	1.596.860	-	(219.812)	-	164.255	1.541.303
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	94.841	-	(42.442)	-	9.249	61.648
Outras aplicações	70	-	-	-	-	70
Outras aplicações	70	-	-	-	-	70
Total	3.459.894	4.573.258	(3.953.255)	(7.121)	445.734	4.518.510

	2012	Aplica- ções	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendi- mentos	2013
Valor justo por meio do resultado	1.205.804	2.300.009	(2.473.776)	(4.000)	101.176	1.129.213
Fundo de investimento exclusivo	1.079.172	2.243.614	(2.446.968)	(4.000)	88.536	960.354
Quotas de fundo DPVAT	80.847	26.292	(12.369)	-	7.117	101.887
Fundo de investimento em direitos creditórios	45.780	30.000	(14.439)	-	5.551	66.892
Opções de soja	5	60	-	-	2	67
Opções de dólar	-	16	-	-	(13)	3
Opções de milho	-	24	-	-	(17)	7
Opções de café	-	3	-	-	-	3
Disponível para venda	530.361	232.323	(157.523)	(24.923)	58.672	638.910
Certificados de depósito bancário (CDB)	27.103	-	(6.747)	77	1.863	22.296
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	31.512	35.704	-	(19)	4.707	71.904
Letras financeiras	113.730	85.309	(59.414)	621	14.445	154.691
Debêntures	231.965	30.038	(76.926)	(8.342)	20.642	197.377
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	126.051	81.272	(14.436)	(17.260)	17.015	192.642
Mantidos até o vencimento	815.928	903.455	(127.126)	-	99.444	1.691.701
Fundo de investimento exclusivo	692.639	903.455	(87.847)	-	88.613	1.596.860
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	123.289	-	(39.279)	-	10.831	94.841
Outras aplicações	96	1	(27)	-	-	70
Outras aplicações	96	1	(27)	-	-	70
Total	2.552.189	3.435.788	(2.758.452)	(28.923)	259.292	3.459.894

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	1 a 30 dias ou sem vencimento			Valor contábil/curva atualizada			Valor justo		
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
2013									
Mantidos até o vencimento	192.477	-	93.298	1.405.926	1.691.701	1.544.977			
Fundos de investimentos	192.477	-	57.154	1.347.229	1.596.860	1.451.113			
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	57.154	849.665	906.819	779.245			
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	162.491	-	-	394.452	556.943	538.309			
Letras do tesouro nacional (LTN)	29.986	-	-	103.112	133.098	133.559			
Carteira administrada	-	-	36.144	58.697	94.841	93.864			
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	36.144	58.697	94.841	93.864			
Outras aplicações	-	-	-	70	70	70			

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A gestão e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **e) Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor por meio do resultado	1.699.490	-	1.699.490	999.114	63.127	1.062.241
Fundos de investimentos	1.699.490	-	1.699.490	999.114	63.127	1.062.241
Operações Compromissadas	129.229	-	129.229	149.297	-	149.297
Letras do tesouro nacional (LTN)	503.440	-	503.440	445.454	-	445.454
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	18.365	-	18.365	168.244	-	168.244
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	135.339	-	135.339	134.614	-	134.614
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	-	-	-	63.127	63.127
Quotas de fundo DPVAT	163.252	-	163.252	101.887	-	101.887
Fundos não exclusivos	750.277	-	750.277	-	-	-
Caixa/ajuste DI	(412)	-	(412)	(382)	-	(382)
Carteira administrada	-	48.887	48.887	80	66.892	66.972
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	-	48.887	48.887	-	66.892	66.892
Opções café	-	-	-	3	-	3
Opções soja	-	-	-	67	-	67
Opções milho	-	-	-	7	-	7
Opções dólar	-	-	-	3	-	3
Total	1.699.490	48.887	1.748.377	999.194	130.019	1.129.213
Disponíveis para venda	618.503	548.609	1.167.112	192.642	446.268	638.910
Carteira administrada	618.503	548.609	1.167.112	192.642	446.268	638.910
Letras financeiras	-	247.662	247.662	-	154.691	154.691
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	610.660	-	610.660	192.642	-	192.642
Letras do tesouro nacional (LTN)	7.843	-	7.843	-	-	-
Debêntures	-	201.641	201.641	-	197.377	197.377
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	24.827	24.827	-	22.296	22.296
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	41.970	41.970	-	71.904	71.904
Notas Promissórias	-	32.509	32.509	-	-	-
Total	618.503	548.609	1.167.112	192.642	446.268	638.910
Ativos mantidos até o vencimento	1.498.756	-	1.498.756	1.451.113	-	1.451.113
Fundo de investimento	1.498.756	-	1.498.756	1.451.113	-	1.451.113
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	384.169	-	384.169	538.309	-	538.309
Letras do tesouro nacional (LTN)	115.183	-	115.183	133.559	-	133.559
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	999.404	-	999.404	779.245	-	779.245
Carteira administrada	60.281	-	60.281	93.864	-	93.864
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	60.281	-	60.281	93.864	-	93.864
Total	1.559.037	-	1.559.037	1.544.977	-	1.544.977
Outras aplicações	70	-	70	70	-	70
Outras aplicações	70	-	70	70	-	70
Total carteira	3.877.100	597.496	4.474.596	2.736.883	576.287	3.313.170

Não houve transferências de ativos entre Níveis no período.

f) Taxa de juros contratada

	2014		2013	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
2014				
NTN-F	12,76%	9,47%	12,73%	9,47%
LTN	12,68%	7,98%	12,92%	8,83%
NTN-B	6,75%	2,60%	7,35%	2,64%
Debênture	CDI + 1,95%	CDI + 0,92%	CDI + 1,95%	CDI + 0,44%
Debênture	111,50% CDI	105,50% CDI	110,80% CDI	105,60% CDI
Debênture	IPCA + 6,16%	IPCA + 5,39%	IPCA + 6,16%	IPCA + 5,39%
Letra financeira	119,00% CDI	104,50% CDI	113,30% CDI	104,50% CDI
CDB	106,50% CDI	106,50% CDI	106,50% CDI	106,50% CDI
Nota promissória	105,00% CDI	105,00% CDI	-	-
DPGE	110,50% CDI	110,00% CDI	115,00% CDI	112,00% CDI

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos futuros de DI. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso, de taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2013, além dos contratos futuros de DI a Companhia também possuía contratos de opção de café, soja, milho, visando minimizar a exposição às variações dos preços destas commodities associadas às emissões de prêmio dos produtos do ramo do agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	Quantidade	Valor de referência		Valor a receber/pagar		Vencimento
		2014	2013	2014	2013	
Derivativos						
DI FUT (NTN-F)	1.675	167.500	167.354	-	0 a 30 dias	
DI FUT (LTN)	3.565	356.500	281.576	(289)	Acima de 360 dias	
DI FUT (NTN-F)	935	93.500	73.390	(107)	Acima de 360 dias	
Total	6.175	617.500	522.320	(396)		
Derivativos						
Opções de dólar	10	1.100	1.100	-	de 31 a 180 dias	
Opções de milho	74	733	733	-	de 31 a 180 dias	
Opções de soja	105	121	52	-	de 31 a 180 dias	
Opções de café	1	33	14	-	de 181 a 360 dias	
DI FUT (LTN)	300	30.000	27.410	(3)	de 181 a 360 dias	
DI FUT (LTN)	3.640	364.000	277.516	(341)	Acima de 360 dias	
DI FUT (NTN-F)	1.120	112.000	92.953	(24)	Acima de 360 dias	
Total	5.250	507.987	399.778	(368)		

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2014			2013		
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido
Ramos Agrupados						
Vida em grupo	297.017	(56.920)	240.097	264.235	(13.390)	250.845
Prestamista	1.814.067	(17.200)	1.796.867	1.170.991	(9.456)	1.161.535
Seguro agrícola com cobertura do FESR	64.585	(4.127)	60.458	175.460	(99)	175.361
Seguro de vida do Produtor rural	55.971	(5.080)	50.891	53.449	(1.546)	51.903
Demais ramos	196.780	(9.886)	186.894	146.226	(905)	145.321
Total	2.428.420	(93.213)	2.335.207	1.810.361	(25.396)	1.784.965

A Companhia não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2014	2013
Saldo Inicial 1° de janeiro	1.784.965	842.061
(+) Prêmios emitidos	8.316.527	6.745.383
(+) IOF	2.675	2.708
(+) Adicional de fracionamento	219	284
(-) Prêmios cancelados	(1.203.817)	(978.100)
(-) Recebimentos	(6.497.545)	(4.814.546)
Constituição/reversão de provisão para perda	(67.817)	(12.825)
Saldo final em 31 de dezembro	2.335.207	1.784.965

c) Composição por prazo de vencimento

	2014	2013
A vencer		
A vencer até 30 dias	373.524	349.898
A vencer de 31 a 60 dias	81.367	78.447
A vencer de 61 a 120 dias	132.622	166.745
A vencer de 121 a 180 dias	120.435	87.174
A vencer de 181 a 365 dias	256.718	171.734
A vencer acima de 365 dias	1.146.400	743.682
Total a vencer	2.111.066	1.597.690
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	139.884	93.041
Vencidos de 31 a 60 dias	24.114	10.219
Vencidos de 61 a 120 dias	9.746	10.139
Vencidos de 121 a 180 dias	3.095	7.989
Vencidos de 181 a 365 dias	5.291	23.178
Vencidos acima de 365 dias	42.011	42.709
Total vencidos	224.141	187.275
Total	2.335.207	1.784.965

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Ativo

	2014	2013
Recuperação de sinistros	362.347	130.967
Conta movimento - IRB	49.128	126.081
(-) Provisão para riscos de créditos	(5.427)	-
Outros	2.021	-
Total operações com resseguradores	408.069	257.048
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNER	122.569	57.655
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	14.553	11.076
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	180.009	233.390
Risco vigente não emitido - RVNE	17.547	18.949
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.151	1.603
Outras	13.321	18.456
Ativos de resseguro - provisões técnicas	350.150	341.129

b) Passivo

	2014	2013
Prêmios cedidos	901.876	820.337
Comissão a recuperar	(182.502)	(214.060)
Total operações com resseguradores	719.374	606.277

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2014			2013		
	Prêmio líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção	Prêmio líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	Retenção
Grupo de ramos	(Nota 24b)	(Nota 24f)	(Nota 24f)	(Nota 24b)	(Nota 24f)	(Nota 24f)
Pessoas	4.576.546	9.058	99,8%	3.761.127	4.719	99,9%
Rural	1.736.110	481.167	72,3%	1.407.875	460.207	67,3%
Habitacional	173.055	31.788	81,6%	131.854	40.239	69,5%
Total	6.485.711	522.013	91,9%	5.300.856	505.165	90,5%

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ 42.537 e R\$ 149.902 respectivamente (R\$ 99.115 e R\$ 96.058 em 2013). (**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 630 (R\$ 17.203 em 2013)

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber é composto substancialmente, por subsídio a receber do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 343.817

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão de complementar de cobertura - PCC	Outras provisões (**)	Total
Provisões técnicas - Seguros									
Saldo no início do período	3.370.427	9.164	826.608	-	257.270	23.289	74.313	301.958	31.404 4.894.433
Constituições	3.409.380	-	-	-	45.386	5.625	-	57.165	17.891
Diferimento pelo risco decorrido	(2.231.342)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	2.087.631	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(1.321.808)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(461.593)	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	10.053	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(8.701)	-	(57.748)	-	-	(57.949)	-	(31.404)
Saldo no final do período	4.548.465	463	1.140.891	(57.748)	302.656	28.914	16.364	359.123	17.891 6.357.019
									2013
Provisões técnicas - Seguros									
Saldo no início do período	1.916.089	6.474	649.564	-	254.789	1.083	-	254.399	26.410 3.108.808
Constituições	2.306.838	2.690	-	-	2.481	22.206	74.313	301.958	4.994
Diferimento pelo risco decorrido	(852.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	1.125.942	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(764.377)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(188.841)	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	4.320	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	(254.399)	-
Saldo no final do período	3.370.427	9.164	826.608	-	257.270	23.289	74.313	301.958	31.404 4.894.433
									2014
Provisões técnicas - Resseguros									
Saldo no início do período	252.339	7.245	57.655	-	11.076	1.603	-	-	11.211 341.129
Constituições	196.881	-	-	-	3.477	548	-	-	13.321
Diferimento pelo risco decorrido	(251.664)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	667.431	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(336.432)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(266.455)	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	741	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(7.245)	-	(371)	-	-	-	-	(11.211)
Saldo no final do período	197.556	-	122.940	(371)	14.553	2.151	-	-	13.321 350.150
									2013
Provisões técnicas - Resseguros									
Saldo no início do período	119.656	5.410	42.318	-	45.663	-	-	-	9.896 222.943
Constituições	251.733	1.835	-	-	-	1.603	-	-	1.315
Diferimento pelo risco decorrido	(119.050)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	282.736	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(78.769)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(188.784)	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	154	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	(34.587)	-	-	-	-
Saldo no final do período	252.339	7.245	57.655	-	11.076	1.603	-	-	11.211 341.129

(*) Inclui o montante de R\$ 329.968 referente à provisão de sinistro judicial (R\$ 280.184 em 2013).

(**) Inclui Provisão complementar de prêmio (PCP) de R\$ 31.404 (R\$ 11.211 - PCP de resseguro), a qual foi revertida em 2014.

Custo de aquisição diferido

	2014	2013
Saldo no início do período	969.861	566.267
Constituições	1.138.578	640.172
Apropriações	(745.167)	(236.578)
Saldo no final do período	1.363.272	969.861

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de Resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	1.502.319	386.409	627.857	532.119	763.294	895.283	1.364.186	1.674.207	1.674.207
Um ano após o aviso	1.523.682	376.843	576.540	495.133	717.931	929.606	885.518	-	885.518
Dois anos após o aviso	1.547.059	377.674	586.142	502.089	768.384	845.950	-	-	845.950
Três anos após o aviso	1.590.574	386.402	592.394	535.065	728.259	-	-	-	728.259
Quatro anos após o aviso	1.610.068	391.496	622.787	511.703	-	-	-	-	511.703
Cinco anos após o aviso	1.628.127	414.359	602.209	-	-	-	-	-	602.209
Seis anos após o aviso	1.831.534	396.411	-	-	-	-	-	-	396.411
Sete anos após o aviso	1.645.920	-	-	-	-	-	-	-	1.645.920
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2014	1.645.920	396.411	602.209	511.703	728.259	845.950	885.518	1.674.207	7.290.177
Pagamentos efetuados até 31.12.2014 (i)	1.462.066	374.340	574.922	485.126	687.033	795.946	788.529	1.033.881	6.201.843
Provisão de Sinistros a liquidar no exercício de análise	183.854	22.071	27.287	26.577	41.226	50.004	96.989	640.326	1.088.334
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2014	-	-	-	-	-	-	-	-	163.191
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.251.525
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	163.187
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.414.713

(i) Montante de sinistros pagos

Ano de aviso do sinistro	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	1.088.265	217.178	374.797	348.556	489.141	609.859	549.268	1.033.881	1.033.881
Um ano após o aviso	1.224.811	347.274	551.927	466.634	670.932	773.034	788.529	-	788.529
Dois anos após o aviso	1.300.810	358.485	559.593	475.173	680.404	795.946	-	-	795.946
Três anos após o aviso	1.372.597	364.103	566.202	481.193	687.033	-	-	-	687.033
Quatro anos após o aviso	1.399.151	368.872	571.892	485.126	-	-	-	-	485.126
Cinco anos após o aviso	1.424.622	373.105	574.922	-	-	-	-	-	574.922
Seis anos após o aviso	1.451.140	374.340	-	-	-	-	-	-	374.340
Sete anos ou mais após o aviso	1.462.066	-	-	-	-	-	-	-	1.462.066
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	1.462.066	374.340	574.922	485.126	687.033	795.946	788.529	1.033.881	6.201.843

Líquido de Resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	1.385.927	346.009	432.509	496.656	688.531	713.565	1.225.679	1.267.592	1.267.592
Um ano após o aviso	1.408.461	338.309	407.900	462.908	647.210	749.854	791.167	-	791.167
Dois anos após o aviso	1.431.734	338.594	416.829	470.468	695.922	668.554	-	-	668.554
Três anos após o aviso	1.474.459	347.597	422.838	501.762	656.680	-	-	-	656.680
Quatro anos após o aviso	1.492.325	352.737	451.630	479.728	-	-	-	-	479.728
Cinco anos após o aviso	1.510.221	374.801	432.357	-	-	-	-	-	432.357
Seis anos após o aviso	1.702.286	357.823	-	-	-	-	-	-	357.823
Sete anos após o aviso	1.528.129	-	-	-	-	-	-	-	1.528.129
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2014	1.528.129	357.823	432.357	479.728	656.680	668.554	791.167	1.267.592	6.182.030
Pagamentos efetuados até 31.12.2014 (ii)	1.356.400	336.360	407.429	454.489	616.229	620.666	696.230	730.985	5.218.788
Provisão de Sinistros a liquidar no exercício de análise	171.729	21.463	24.928	25.239	40.451	47.888	94.937	536.607	963.242
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2014	-	-	-	-	-	-	-	-	149.010
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.112.252
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	163.187
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNER, PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.275.440
(ii) Montante de sinistros pagos	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	987.759	208.736	250.307	323.686	449.783	452.571	489.165	730.985	730.985
Um ano após o aviso	1.119.878	310.170	385.094	436.598	601.667	598.973	696.230	-	696.230
Dois anos após o aviso	1.195.521	320.531	392.119	444.967	609.718	620.666	-	-	620.666
Três anos após o aviso	1.267.172	326.148	398.728	450.558	616.229	-	-	-	616.229
Quatro anos após o aviso	1.293.548	330.910	404.399	454.489	-	-	-	-	454.489
Cinco anos após o aviso	1.318.961	335.125	407.429	-	-	-	-	-	407.429
Seis anos após o aviso	1.345.473	336.360	-	-	-	-	-	-	336.360
Sete anos ou mais após o aviso	1.356.400	-	-	-	-	-	-	-	1.356.400
Pagamentos efetuados até 31.12.2014	1.356.400	336.360	407.429	454.489	616.229	620.666	696.230	730.985	5.218.788

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2014	2013
Provisões técnicas	6.357.019	4.894.433
Parcela correspondente a resseguros contratados	(270.770)	(341.129)
Direitos creditórios	(1.837.663)	(1.278.004)
DPVAT	(163.187)	(101.844)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(668.489)	(518.863)
Total a ser coberto	3.416.910	2.654.593
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	3.069.510	2.560.769
Títulos de renda fixa - públicos	927.813	287.482
Títulos de renda fixa - privados	300.947	446.267
	4.298.270	3.294.518
Ativos livres	881.360	639.925

21. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQU

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	2014		2013	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
De 1997 a 2000	109	19.470	111	18.882
De 2001 a 2005	884	98.175	945	94.633
De 2006 a 2010	1.580	100.317	1.734	96.057
De 2011 a 2014	3.487	112.006	2.462	70.612
Total	6.060	329.968	5.252	280.184

Prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 1.871 dias.

c) Movimentação da provisão de sinistros judicial

	2014		2013	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
Saldo do início do período	296.195	16.011	294.407	15.791
Total pago no período	(27.266)	-	(46.308)	-
Total provisionado até o fechamento do período anterior para as ações pagas no período	19.598	1.003	37.359	1.578
Quantidade de ações pagas no período	430	-	650	-
Novas constituições no período	65.170	3.325	55.926	1.872
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.763	119	678	42
Novas constituições referentes a citações do período	37.656	2.163	19.126	946
Novas constituições referentes a citações de períodos anteriores	27.514	1.162	36.800	926
Baixa da provisão por êxito	(3.048)	(10)	(6.945)	(779)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	(12.331)	(1.126)	(11.955)	(1.572)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	31.933	2.485	11.070	699
Saldo final do período	350.653	20.685	296.195	16.011

22. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2014	2013	2014	2013
Fiscal	529.251	502.809	564.165	535.234
COFINS	495.984	470.399	530.525	502.679
PIS	13.746	13.525	13.832	13.391
CSLL	12.609	12.216	12.809	12.408
IRPJ	6.912	6.669	6.910	6.667
Outros	-	-	89	89
Trabalhista	1.585	638	30	25
Cível	54.489	45.683	7.445	5.617
Total	585.325	549.130	571.640	540.876

"Depósitos Judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam R\$ 128.328 (R\$ 114.602 em 2013).

COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, a qual restou reformada em segunda instância, do que se interpôs Recursos Especial e Extraordinário, os quais aguardam julgamento. Liminar deferida em Medida Cautelar ajuizada junto ao STF garante a suspensão da exigência da COFINS com base no artigo 3º, §1º da Lei 9.718/98, até julgamento do Recurso Extraordinário interposto. Entre maio de 1999 a maio de 2009 a Companhia calculou a COFINS sobre as receitas de prêmios, mais as receitas financeiras e as não operacionais e efetuou depósitos judiciais apenas sobre as receitas de prêmios, suspendendo o pagamento da parcela incidente sobre as demais receitas, amparada por decisão judicial. Todos os valores estão provisionados e, assim como os depósitos judiciais, estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2014 representa R\$495.984, com os respectivos depósitos judiciais de R\$ 530.525. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia deixou de provisionar a COFINS sobre as demais receitas, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo do tributo, deixou também de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher a COFINS incidente sobre prêmios de seguros. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT/nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como "possível", sendo que, o montante da COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 175.939 (R\$ 145.862 em 2013). Quanto ao mérito da incidência de tributação sobre as receitas de prêmios de seguros, a probabilidade de perda é "provável".

PIS - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999, possuindo decisão favorável em primeiro grau, a qual foi reformada em segunda instância, do que se interpôs Recurso Extraordinário, o qual foi parcialmente provido para se determinar que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à decisão que deu parcial provimento ao Recurso Extraordinário. Entre dezembro de 1997 a janeiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais e constituídas provisões no mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 13.746 e os respectivos depósitos judiciais R\$ 13.832. A probabilidade de perda deste processo é "possível". Quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, a qual alterou a base de cálculo para todas as receitas auferidas, a Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade e o aumento da base de cálculo, e possui decisão parcialmente favorável de primeiro grau autorizando o não recolhimento do PIS sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguro. Em segunda instância foram julgados improcedentes os Recursos de Apelação. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento do Recurso Extraordinário e do Agravo de Despacho Denegatório de Recurso Especial. Paralelamente, foram ajuizadas Medidas Cautelares perante o STJ e STF para atribuição do efeito suspensivo aos recursos e para que seja reconhecida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente às receitas financeiras. O STJ negou seguimento à Medida Cautelar nº 22.154. O STF indeferiu o pedido liminar formulada na Medida Cautelar nº 3522. Apresentado embargos de declaração. Aguardando julgamento. Entre fevereiro de 1999 a agosto de 2006, a Companhia recolheu o PIS incidente sobre o total das receitas auferidas e, entre setembro de 2006 a maio de 2009 recolheu o PIS incidente somente sobre as receitas de prêmios de seguros, onde suspendeu o pagamento sobre as demais receitas. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009 a Companhia deixou de provisionar a parcela de PIS incidente sobre as demais receitas e permaneceu recolhendo sobre as receitas de prêmios de seguros. Em dezembro de 2010 foram revertidas as parcelas de PIS provisionadas e não recolhidas entre setembro de 2006 e maio de 2009, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT/nº 2.773/2007. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo do PIS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como "possível", sendo que, o montante da COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 17.927 (R\$ 13.430 em 2013). Quanto ao mérito da incidência tributação sobre as receitas de prêmios de seguros, a probabilidade de perda é "provável".

PIS e COFINS - Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, a administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma seguradora. A fim de garantir a manutenção da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõem, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto/2014. **CSLL** - A Companhia discute a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% nos termos das Leis nº 9.249/95 e nº 9.316/96 e de 8% para 30% na forma da Emenda Complementar nº 10/96. A discussão se encontra em dois processos judiciais, sendo que em uma ação se discute as majorações das alíquotas, e em outra o direito ao cálculo da CSLL com base na alíquota prevista na Lei 9.249/95, afastando a EC 10/96. O resultado da primeira ação transitou em julgado em outubro/2013, no sentido de parcial provimento à apelação da Companhia apenas para declarar o direito à compensação dos valores indevidamente pagos a título de CSLL sob alíquota superior a 18%, no período compreendido entre 01 de janeiro de 1996 e 07 de junho de 1996. Quanto aos demais aspectos a ação foi julgada improcedente, de forma que os valores depositados na ação serão convertidos em renda em favor da União. Autos a serem arquivados. A segunda ação obteve resultado favorável em segunda instância, a qual foi reformada em sede de Recurso Extraordinário interposto pela União Federal, o qual foi provido em agosto de 2010, do que foi interposto Agravo Regimental, o qual foi provido para reconhecer liquidação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade, remetendo os autos ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra aguardando julgamento, se encontrando sobrestado até pronunciamento definitivo do TRF no RE 578.846. Os valores envolvidos, com encargos moratórios encontram-se depositados judicialmente e provisionados. O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 12.609 e os respectivos depósitos judiciais R\$ 12.809. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda desse processo como "provável".

IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ). O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância, do que se interpôs Recursos Especial e Extraordinário. Negado seguimento ao Recurso Especial, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário, o qual se encontra sobrestado em razão de julgamento de RE representativo de repercussão geral sobre a matéria. A Companhia efetuou depósito judicial e constituiu provisão de mesmo montante para os períodos-base de 1997 a 2000. O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 6.911 e os respectivos depósitos judiciais R\$ 6.910. Nos períodos-base subsequentes a Companhia passou a efetuar o recolhimento do IRPJ sem considerar esta dedução. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda desse processo como "provável". **Processos administrativos: IRPJ** - Em 2003 a Companhia efetuou recolhimento de IRPJ de competência 2001 sem a incidência de multa fundamentada no instituto de denúncia espontânea. Face a discordância da Receita Federal em relação à incidência da multa neste pagamento, a Companhia ingressou com ação declaratória garantida por depósito judicial a qual restou provido em primeira instância, atualmente aguarda julgamento de recurso de apelação interposto pela parte contrária. O valor do depósito atualizado pela SELIC até dezembro de 2014 é de R\$ 176 (R\$ 172 em 2013). Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como "possível", e portanto, os valores não estão provisionados. **RPJ e CSLL** - Em 2010 a Companhia efetuou pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas relativos a períodos anteriores, os quais não haviam sido pagos nos próprios períodos. Em revisão dos cálculos por parte das autoridades fiscais em 2013, foram

apuradas diferenças nos limites de dedutibilidade no montante de R\$ 44.510, atualizado pela SELIC até dezembro de 2014 (R\$ 40.465 em 2013). O auto de infração está sendo defendido administrativamente, o qual aguarda decisão da segunda instância, face à decisão desfavorável na primeira. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como "possível", e portanto, os valores não estão provisionados. **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS** - PLR - Discute divergência de recolhimento de Contribuições Sociais decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR no período de 2000 a 2006, em dois processos administrativos que aguardam decisão final na esfera administrativa. O valor atualizado até dezembro de 2014 é de R\$ 8.356 (R\$ 8.011 até dezembro de 2013). Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como "provável" na esfera administrativa, e "possível" se levada à discussão à esfera judicial, e portanto, os valores não estão provisionados. **Trabalhistas**: A Companhia responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. **Cível**: Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro.

b) Movimentação

	2014				2013			
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	502.809	638	45.683	549.130	479.931	637	41.412	521.980
Constituições	-	1.001	20.609	21.610	-	(3)	27.468	27.465
Atualização monetária	26.442	182	6.944	33.568	22.878	12	2.744	25.634
Baixas	-	(236)	(18.747)	(18.983)	-	(8)	(25.941)	(25.949)
Saldo final	529.251	1.585	54.489	585.325	502.809	638	45.683	549.130

c) Composição por probabilidade de perda

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais						
Provável	5	529.251	529.251	5	502.809	502.809
II - Trabalhistas						
Provável	25	2.282	1.585	6	226	638
Possível	7	3.048	-	3	68	-
III - Cível						
Provável	1.303	20.284	53.692	989	18.355	45.100
Possível	4.946	379.054	797	3.880	361.677	583
Remota	475	1.909	-	364	1.990	-
Total	6.761	935.828	585.325	5.247	885.125	549.130

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 380.482 (R\$ 380.482 em 2013) e está representado por 640.619 ações nominativas sem valor nominal (640.619 ações em 2013), sendo 322.619 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas**: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva de Capital**: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2012, os acionistas aprovaram a criação da Reserva Especial de Ágio no montante de R\$ 145.362, constituída pelo ágio absorvido da Aliança Participações, acrescido do crédito tributário constituído sobre a referida parcela do ágio amortizado e deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido (PMPL), constituída nos termos dos itens 44 e 46 da Interpretação Técnica nº 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **d) Reserva legal**: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. Em função do valor constituído já alcançar o limite de 20% do capital social, não houve constituição nos exercícios de 2014 e 2013. **e) Reserva de investimentos**: Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajustes com títulos e valores mobiliários**: Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

g) Distribuição do resultado

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	323.494	213.037
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	656.206	346.663
Total de dividendos distribuídos e pagos	979.700	559.700
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	493.382	281.868
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	486.318	277.832
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	322.619	322.619
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	1,52930	0,87369
Ações preferenciais	1,52930	0,87369

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vida em grupo	1.498.717	1.225.297	31,46%	39,30%	34,35%	33,85%
Prestamista	1.290.332	784.492	28,59%	23,65%	26,31%	29,83%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	697.854	389.204	59,87%	17,06%	8,20%	8,14%
Penhor rural instituições financeiras privadas	531.395	389.280	19,89%	22,36%	9,97%	9,93%
Acidentes pessoais - coletivo	487.552	400.852	14,04%	11,93%	32,80%	32,61%
Demais ramos	434.245	293.321	44,48%	38,24%	8,45%	7,56%
Seguro de vida do produtor rural	403.057	279.392	11,21%	16,25%	29,25%	29,09%
Doenças graves ou doença terminal	178.461	147.962	20,48%	13,73%	36,32%	35,52%
Total	5.521.613	3.909.800	30,92%	26,76%	24,34%	25,72%

b) Prêmios emitidos

	2014	2013
Prêmios diretos	6.678.150	5.496.029
Prêmios de cossegueros aceitos	6.428.125	5.312.599
Repasse DPVAT	31.317	35.611
Recuperação de custos iniciais de contratação	149.902	96.058
	68.806	51.761

c) Sinistros ocorridos

	2014	2013
Sinistros	(1.707.214)	(1.046.158)
Salvados	(1.691.694)	(1.024.247)
Ressarcimentos	3.574	(12)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	126	(37)
Serviço de Assistência	976	(3.317)
	(20.196)	(18.545)

d) Custo de aquisição

	2014	2013
Comissões	(1.343.716)	(1.005.788)
Comissões de estipulantes	(1.643.695)	(1.327.215)
Remuneração de agências	(56.079)	(49.978)
Despesas com inspeção de riscos	(18.317)	(13.446)
Despesas com apólices e/ou contratos	(552)	(1.365)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(18.483)	(18.230)
	393.410	404.446

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Contribuição ao FESR	(306.342)	(172.391)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - Prêmios a receber e cosseguero aceito	(171.707)	(103.495)
Contingências cíveis	(68.322)	(12.235)
Despesas com cobrança	(21.122)	(27.815)
Endomarketing	(8.220)	(5.757)
Lucros atribuídos	(7.462)	(9.387)
Sinistros a recuperar - PCLD	-	11.487
Apólices e contratos	(5.427)	-
Outras	(304)	(18.676)
	(23.778)	(6.513)

f) Resultado com resseguro

	2014	2013
Resultado com resseguro	(174.789)	(318.840)
Receita com resseguro	407.801	67.713
Recuperação de indenização - direto	404.254	101.740
Variação provisão - IBNR	3.478	(34

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
g) Despesas administrativas	(252.327)	(213.901)
Pessoal próprio	(108.006)	(84.943)
Serviços de terceiros	(57.758)	(47.116)
Localização e funcionamento	(25.532)	(23.667)
Publicidade e propaganda	(24.031)	(31.805)
Donativos e contribuições	(16.109)	(2.886)
Outras despesas administrativas	(20.891)	(23.484)

	2014	2013
h) Despesas com tributos	(169.039)	(127.110)
COFINS	(140.679)	(106.513)
PIS	(22.860)	(17.308)
Taxa de fiscalização	(3.245)	(2.925)
Outras despesas com tributos	(2.255)	(364)

	2014	2013
i) Resultado financeiro	363.344	194.183
Receitas Financeiras	484.723	294.325
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	173.504	99.444
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	182.413	101.176
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	89.817	58.672
Atualização de depósitos judiciais	31.730	31.561
Rendimento equivalente de caixa	2.914	1.559
Operações de seguros	2.806	1.144
Outras receitas financeiras	1.539	769
Despesas Financeiras	(121.379)	(100.142)
Operações de seguros	(48.417)	(24.409)
Taxa de administração	(39.554)	(29.920)
Atualização monetária sobre provisões judiciais fiscais	(33.255)	(25.633)
Outras despesas financeiras	(153)	(79)
Juros sobre tributos - REFIS	-	(20.101)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos e após participações	1.930.343	1.930.343	1.220.038	1.220.038
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(482.562)	(289.552)	(304.986)	(183.006)
Diferenças temporárias	6.221	(13.732)	23.899	(3.104)
Diferenças permanentes	(4.505)	(2.421)	4.085	2.557
Seguros rurais	125.169	-	84.076	-
Deduções incentivadas	15.184	-	8.529	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(340.493)	(305.705)	(184.397)	(183.553)
Constituição/Reversão de crédito tributário	(6.221)	13.732	(23.898)	3.104
Ajustes relativos a períodos anteriores	(6.185)	(3.711)	5.572	15.282
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(352.899)	(295.684)	(202.723)	(165.167)
Alíquota efetiva (%)	18%	15%	17%	14%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar

Ativo	2014	2013	Variação
Tributos a compensar	321	321	-
Tributos retidos na fonte	67	90	(23)
Total circulante	388	411	(23)
Tributos diferidos sobre ágio	84.795	113.868	(29.073)
Diferenças temporárias:			
Ajustes de títulos a valor justo	7.759	4.914	2.845
Contingências tributárias	110.151	120.097	(9.945)
Contingências cíveis	21.796	18.274	3.522
Provisão para riscos de crédito	39.725	10.225	29.500
Provisão para participação nos lucros	8.507	6.501	2.006
Contingências trabalhistas	634	255	379
Outras provisões	2.208	-	2.208
Total não circulante	275.575	274.134	1.442

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros de automóvel, planos de previdência, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Custos de aquisição", "Outros custos de aquisição" e "Despesas administrativas". O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Companhia manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras

despesas operacionais". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente conforme contrato específico para cada produto. A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram os seguintes:

	2014	2013
Proventos	2.919	3.226
Encargos	11.158	9.812
Seguro de vida	34	294
Plano de saúde	25	48
Plano de previdência complementar	450	963
Total	14.586	14.343

b) Compartilhamento de despesas: Em 2012 foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando do nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing) incorridos a partir de janeiro de 2012, impactando no resultado e contas patrimoniais, por empresa, sendo que as liquidações financeiras entre as empresas, relativas ao rateio de 2012, ocorrem no início de 2013. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as receitas e despesas incorridas no exercício estão resumidos no quadro abaixo:

Relação	2014				2013			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil								
Seguros S.A. (*)	Coligada	10.917	5.185	-	9.709	18.200	4.729	-
Brasil Veículos Companhia de Seguros S.A. (*)	Coligada	2.286	275	50	3.482	1.915	1.777	-
Banco do Brasil	Acionista	18.197	147	28.328	82	42.170	147	13.446
BB Corretora (**)	Coligada	-	583.222	1.608.354	-	60.776	416.152	1.298.913
BB DTVM (***)	Coligada	-	-	39.554	-	-	-	29.920
BB Turismo	Coligada	-	-	-	22	-	-	16
Besc Clube	Coligada	-	129	20	-	748	144	-
BrasilPrev	Coligada	-	-	1.563	1.712	-	-	1.316
MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	8.170	1.016	405	4.076
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	5.429	10.575	74.027	-	4.593	14.058	43.728
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	734	2.163	23.526	-	527	1.842	17.303
MAPFRE RE do Brasil (****)	Coligada	36.529	2.428	10.387	-	20.353	7.383	24.500
MAPFRE RE CIA. DE REASSEG (****)	Coligada	220.141	29.297	83.065	-	100.608	94.330	115.926
Vida Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	1.951	227	237	127

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas; (**) Comissão sobre venda de produtos de seguros; (***) Administração da carteira de investimentos; (****) Operações de resseguro

27. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.563 (R\$ 1.316 em 31 de dezembro de 2013).

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outros créditos operacionais: É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 130.423 (R\$ 17.726 em 31 de dezembro de 2013). **b) Avaliação dos impactos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT):** No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições na Lei 12.973/14 têm vigência obrigatória a partir de 2015, sendo facultativa a adoção antecipada dessa nova regulamentação fiscal para o ano-calendário de 2014. Nesse contexto, a Companhia optou por não adotar de forma antecipada os dispositivos da Lei 12.973/14, tomando como base a análise efetuada pela Administração sobre os possíveis impactos tributários dos novos dispositivos da referida Lei, a qual foi regulamentada pela Receita Federal por meio das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e nº 1.520, de 4 de dezembro de 2014.

c) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria foi instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Companhia. Em decorrência, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações financeiras da BB MAPFRE SH1 Participações S.A.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da Companhia de Seguros Aliança do Brasil São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados

para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131**Anexo I
Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes
em 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)**

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	6.193.832
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	163.187
Total de provisões técnicas	6.357.019
(*) Conforme Resolução CNSP 311/2014, § 1º a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.	

2. Ativos de resseguro

Total de ativos de resseguro **350.150**

3. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas

Provisões Técnicas (a) **6.193.832**

Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG (b) 668.489

Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c) 270.770

Depósitos Judiciais Redutores (d) -

Direitos Creditórios (e) 1.837.663

Total a ser coberto (a - b - c - d - e) **3.416.910**

4. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital-Base (a) **15.000**

Capital de Risco (b) **1.245.907**

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) **1.245.907**

5. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) 1.493.672

Exigência de Capital (CMR) (b) 1.245.907

Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a - b) **247.765**

Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo

Requerido (*) **70,74%**

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.

6. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos

1601	24
0656, 0621, 0622, 0628, 0632, 0638, 0652, 0531, 0655, 0525, 0658, 0743, 0746, 0748, 0775, 0776, 0112, 0654, 0234, 0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0553, 0196, 0969, 0274, 0310, 0313, 0351, 0378, 0520, 0524, 0173, 1103, 1336, 1377, 1164, 1380, 0936, 1108, 1106, 1369, 1104, 1109, 0990, 0980, 1417, 1428, 1433, 1597, 1528, 1390, 1535 e 1105	800
1381	950
1329 e 1384	1.100
0929	2.400
1107 e 1101	2.500
1198, 1163, 0977, 1130, 1068, 1065, 1061, 0984, 0982 e 1162	3.000
1102 e 0993	3.200

continua *

* continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da
Companhia de Seguros Aliança do Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 18, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, registrada até 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 12.116 mil, líquido de impostos, foi revertida em contrapartida ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Circular SUSEP nº 462/13. O registro dessa provisão, embora anteriormente requerido pela SUSEP, não representava um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Companhia decorrente de contratos de seguros em vigor, portanto tanto a constituição quanto a reversão dessa provisão, estavam em desacordo com a prática contábil definida no CPC 11 - Contratos de seguros. Como consequência, o resultado e o resultado abrangente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a maior, em R\$ 12.116 mil, líquido dos efeitos dos impostos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, que conteve ressalva em relação à constituição da Provisão Complementar de Prêmios (PCP) resultando numa subavaliação do patrimônio líquido no montante de R\$ 12.116 mil, líquido dos efeitos de impostos, em 31 de dezembro de 2013 e uma subavaliação do resultado e do resultado abrangente no montante de R\$ 2.207 mil, líquido dos efeitos de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-PresidenteAndré Renato Viard Fortino
Benedito Luiz Alves Dias
Bento Aparício Zanini
Carlos Alberto LandimCynthia Betti Rodrigues Qualharello
Gilberto Lourenço da Aparecida
Luiz Gustavo Braz LageMaurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

ENGRECON S.A.

CNPJ 60.554.219/0001-64

Relatório da Diretoria

www.engrecon.com.br

Senhores acionistas, de acordo com as disposições estatutárias, estamos apresentando as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Santana de Parnaíba, 31 de janeiro de 2015.

Ativo	Balanço Patrimonial - R\$		Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	
	31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013
Circulante	17.060.633	15.645.840	4.456.132	5.097.080	
Caixa e Bancos	146.238	501.625	Fornecedores	1.069.892	1.143.846
Clientes	2.442.766	2.382.710	Financiamentos	2.113.797	2.314.568
Aplicações Financeiras	5.584.696	3.976.581	Impostos a Pagar	189.155	179.082
Estoques	5.550.979	5.894.533	Encargos Sociais	419.117	277.035
Adiantamento a Fornecedores	759.973	129.905	Provisão de Férias	321.803	622.028
Depositos Judiciais	1.922.401	1.845.219	Contas a Pagar	200.676	131.574
Impostos a Compensar	392.606	678.940	Dividendos a Pagar	68.944	277.958
Outros	260.974	236.327	Importações a Pagar	68.636	116.805
			Contribuição Social a Pagar	3.133	7.249
			IRPJ a Pagar	979	26.935
Não Circulante			Exigível a Longo Prazo	8.491.142	10.099.529
Realizável a Longo Prazo	701.024	1.113.955	REFIS	4.060.447	4.598.933
Impostos a Compensar	633.923	1.006.953	Financiamentos	4.430.695	5.500.596
Contribuição Social Diferida	67.101	107.002	Patrimônio Líquido	15.456.610	14.679.055
Permanente	10.642.227	13.115.869	Capital Social	6.600.000	6.600.000
Empresa Controlada	626.975	626.975	Reserva de Capital	3.955	3.955
Outros Investimentos	39.320	39.320	Reserva de Reavaliação	162.995	246.067
Imobilizado	9.975.932	12.449.574	Reserva Legal	274.408	152.953
			Provisão para Tributos Diferidos	67.101	107.002
Total do Ativo	28.403.884	29.875.664	Reserva de Lucros	6.247.624	4.739.978
			Lucros Acumulados	2.100.527	2.829.100
			Total do Passivo	28.403.884	29.875.664

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - R\$								
Saldo em 31.12.2013	Capital	Reserva	Reserva	Provisão	Lucros	Total		
	6.600.000	3.955	Reavaliação	Legal	de Lucros			Tributos Diferidos
Reversão de Reservas	-	-	(83.072)	-	-	(39.901)	83.072	(39.901)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.017.457	2.017.457
Constituição de Reservas	-	-	-	121.455	-	-	(121.455)	-
Provisão para Dividendos	-	-	-	-	(623.088)	-	(576.912)	(1.200.000)
Transferência para Reserva	-	-	-	-	2.130.735	-	(2.130.735)	-
Saldo em 31.12.2014	6.600.000	3.955	162.995	274.408	6.247.624	67.101	2.100.527	15.456.610

1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com as disposições da Lei 11638/2007 e MP 449/2008. 2 - Despesas e Receitas registradas segundo o regime de competência. 3 - Estoques: Matérias Primas e Matérias Auxiliares estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado. Aos produtos em processo e acabados, estão agregados gastos gerais de fabricação e não excedem ao valor de mercado. 4 - Imobilizado está registrado ao custo de aquisição corrigido e depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com taxas oficiais aceitas pela legislação em vigor. 5 - Capital Social é representado por 13.460.324 ações ordinárias sem valor nominal. 6 - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.

Notas Explicativas

1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com as disposições da Lei 11638/2007 e MP 449/2008. 2 - Despesas e Receitas registradas segundo o regime de competência. 3 - Estoques: Matérias Primas e Matérias Auxiliares estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado. Aos produtos em processo e acabados, estão agregados gastos gerais de fabricação e não excedem ao valor de mercado. 4 - Imobilizado está registrado ao custo de aquisição corrigido e depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com taxas oficiais aceitas pela legislação em vigor. 5 - Capital Social é representado por 13.460.324 ações ordinárias sem valor nominal. 6 - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.

FINNET S/A TECNOLOGIA

CNPJ 05.607.266/0001-10 - NIRE 35.300.467.922

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ATA

Aos 09/09/2014, às 15h30, reuniram-se em AGE, no endereço da sede da sociedade localizada na Alameda Araguaia, 2044, sala 310, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06455-000, os acionistas da sociedade "Finnet S/A Tecnologia", representando a totalidade do capital social, conforme prova as assinaturas apostas no livro "Registro de Presença de Acionistas". Assumiu a Direção e Presidência dos trabalhos o acionista Yoshimitsu Matusaki, o qual convidou o Sr. Marcos Marcelo de Moraes e Matos, na qualidade de procurador da acionista ACO Administração e Participações Ltda. para Secretário, após o que declarou instalada a presente assembleia, dispensada a convocação prévia, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei das S/A, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da companhia. Em seguida o Presidente deu seqüência na assembleia com a leitura da Ordem do Dia que constava o seguinte: 1. Deliberar sobre a alteração do endereço da filial da sociedade inscrita no CNPJ 05.607.266/002-00 e no NIRE 35903311932, da Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 8º andar, conjunto 801, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04004-030 para a Rua Itapeva, nº 286, 14º andar, conjuntos 141, 142, 143 e 144, Bela Vista, São Paulo, Capital, CEP 01332-000; 2. Deliberar sobre outros assuntos propostos pelos acionistas pertinentes ao item anterior desta AGE. Finda a leitura, a palavra foi aberta aos acionistas que dela quisessem usar relacionado ao item 1 da Ordem do Dia. Como nenhum dos acionistas quis fazer uso da palavra o Presidente colocou o item 1 da Ordem do Dia em votação, ficando aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, a alteração do endereço da filial da sociedade da Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 8º andar, conjunto 801, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04004-030 para a Rua Itapeva, nº 286, 14º andar, conjuntos 141, 142, 143 e 144, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01332-000. Como não houve mais nenhuma deliberação proposta e ninguém mais se manifestou, o Presidente determinou a lavratura da presente ata que, discutida e aprovada, foi lançada no livro próprio e vai assinada pelo Presidente e Secretário da mesa, fazendo parte integrante desta ata as assinaturas constantes do livro "Registro de Presença de Acionistas" em sinal de aprovação para todos os efeitos legais, e agradecendo a presença de todos o Presidente deu por encerrada a assembleia. Presença dos Acionistas: 01 - Yoshimitsu Matusaki Sócio da Wingx Administração e Participações Ltda. 02 - Marcos Marcelo de Moraes e Matos p/ ACO Administração e Participações Ltda. Yoshimitsu Matusaki - Presidente da Mesa; Marcos Marcelo de Moraes e Matos - Secretário da Mesa. JUCESP nº 88.083/15-9 em 25/02/2015.

SPE Bio Alvorada S.A.

CNPJ/MF 12.419.243/0001-48 - NIRE 35.300.380.053

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 14/11/2014, às 9h00, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada pela presença da totalidade dos acionistas representando o capital social. Mesa: Presidente: Andre Dorf, Secretária: Eliana de Faria Frazão. Deliberações: Os acionistas decidiram, por unanimidade e sem reservas, aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 36.819.371,10, mediante a emissão de 325.881 novas ações ordinárias, ao preço de emissão por ação de R\$ 112.984,01, fixado nos termos do artigo 170 da Lei das S.A., sendo que, de tal valor, R\$ 111,85417 referem-se ao ágio na emissão das novas ações pago sobre o valor patrimonial por ação da Companhia, anteriormente ao aumento do capital social, de R\$ 1,12984. Do valor total das novas ações emitidas, a saber R\$ 36.819.371,10: (a) R\$ 368.193,71 serão destinados à conta de capital da Companhia, passando, portanto, o capital social de R\$ 44.428.865,18 para R\$ 44.811.058,89; e (b) R\$ 36.451.177,39, correspondente ao ágio pago na subscrição das novas ações, serão destinados à conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei das S.A. O valor total do aumento de capital ora aprovado foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) R\$ 5.939.371,10, mediante a conversão de mútuos existentes entre a Companhia e a acionista CPFL Energias Renováveis S.A., com a renúncia expressa da acionista PCH Holding S.A.; e (ii) R\$ 30.880.000,00 mediante conversão de créditos para futuro aumento de capital (AFAC), pela acionista CPFL Energias Renováveis S.A., com a renúncia expressa da acionista PCH Holding S.A. ao seu direito de preferência para a subscrição das novas ações ora emitidas, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. O valor total do aumento de capital ora aprovado foi subscrito e integralizado mediante a conversão de créditos para futuro aumento de capital (AFAC) pela acionista CPFL Energias Renováveis S.A., com a renúncia expressa da acionista PCH Holding S.A. ao seu direito de preferência para a subscrição das novas ações ora emitidas, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. (ii) Em decorrência da deliberação aprovada acima, o artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com nova redação. Encerramento: lavratura desta ata, a qual, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Mesa: Presidente: Andre Dorf, Secretária: Eliana de Faria Frazão. Acionistas presentes: CPFL Energias Renováveis S.A. (p. Andre Dorf e Tarcísio Borin Junior); e PCH Holding S.A. (p. Andre Dorf e Tarcísio Borin Junior). São Paulo, 14/11/2014. Eliana de Faria Frazão - Secretária. JUCESP 71.949/15-0 em 12/02/2015. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

FITTA - TURISMO LTDA.

CNPJ/MF 08.885.462/0001-45 NIRE 35.221.458.91

Ata de Reunião dos Sócios Quotistas

Data e horário: 05/02/2015, às 10:00 horas. Local: Sede social, na Rua Matias Aires, 402 - 2º Andar - Conjuntos 20 - Consolação CEP 01309-020, São Paulo/SP. Presença: Totalidade dos Sócios. Mesa: Presidente: André Luiz Nunes Silva; Secretária: Rodrigo Vieira Macedo. Ordem do dia: Deliberar sobre: (i) Diminuição do Capital Social, (ii) Alteração do endereço residencial do sócio Rodrigo Vieira Macedo. Deliberações: Após debates, as deliberações a seguir foram aprovadas por unanimidade, sem reservas ou restrições: (i) A diminuição do capital social de R\$ 1.000.000,00 para R\$100.000,00, divididos em 100.000 de R\$ 1,00 procedendo-se a respectiva restituição de quotas aos sócios, em dinheiro, na forma do Artigo 1082, inciso II, concomitante com o Artigo 1084 e seus §§, em 90 dias, conforme segue: André Luiz Nunes Silva, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua das Miranhas, nº 16 - casa 02 - Vila Madalena, CEP: 05434-040, RG nº 08.784.097 - IFP-RJ e CPF nº 008.768.167-66; detentor de 500.000 quotas receberá o valor de R\$450.000,00 em restituição à 450.000 quotas. Rodrigo Vieira Macedo, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Wisard, nº 192 - apartamento 602 - Vila Madalena - CEP 05021-001, RG nº 33.958-662-X- SSP-SP e CPF nº 199.623.528-19, detentor de 500.000 quotas receberá o valor de R\$450.000,00 em restituição à 450.000 quotas. Destarte o capital social passa a ser de R\$100.000,00, dividido em 100.000 de quotas de R\$1,00 cada, assim distribuídos: SÓCIOS; QUOTAS; VALOR - R\$; %; André Luiz Nunes Silva; 50.000; 50.000,00; 50%; Rodrigo Vieira Macedo; 50.000; 50.000,00; 50% TOTAIS: 100.000; 100.000,00; 100%. A redução de capital se deu pela diminuição considerável das atividades da empresa, que resultou em capital social excessivo. (ii) Alteração do endereço residencial do Sócio RODRIGO VIEIRA MACEDO, por mudança de sua residência e domicílio para a Avenida Escola Politécnica nº 942 apartamento 62, Bloco 02, Bairro Rio Pequeno, CEP 05350-000 na cidade de São Paulo/SP. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 05/2/15. Assinaturas: Sócios: Presidente: André Luiz Nunes Silva; Secretário: Rodrigo Vieira Macedo. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. André Luiz Nunes Silva - Presidente.